

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 993 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1999

## Senadores examinam hoje acesso de partidos ao horário gratuito

Critérios de desempenho poderão definir a divisão de recursos do Fundo Partidário e a participação em propaganda no rádio e na televisão nas eleições de 2002, se for aprovado substitutivo a projeto que está na pauta do plenário



O plenário deverá apreciar, também, proposta de emenda constitucional que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito sobre as terras que ocupam

Substitutivo a projeto de lei que institui nas eleições de 2002 a exigência dos critérios de desempenho para o acesso das agremiações ao fundo partidário e ao horário gratuito no rádio e na televisão está na pauta do Senado, hoje, para votação em turno suplementar. A proposta também permite que as legendas se organizem em federações para a contagem dos votos necessários. Outra matéria na pauta, para apreciação em primeiro turno, é a proposta de emenda constitucional que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam.

PÁGINA 3

## FRAGA E ALVAREZ PODEM SER CHAMADOS AO SENADO

O senador Pedro Simon apresentou requerimento para que Armínio Fraga, presidente do Banco Central, e Luiz Carlos Alvarez, ex-diretor de Fiscalização, compareçam à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para dar explicações sobre os resultados da CPI do Sistema Financeiro. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apoiou a defesa que Simon fez da CPI, cujo relatório final foi criticado por Alvarez.

PÁGINA 5

## ACM prega entendimento em torno da reforma tributária

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, sugeriu ontem “uma parada de uma ou duas semanas” para entendimentos que permitam melhorar a proposta de reforma tributária em discussão na

Câmara. “Esta não sairá boa”, justificou o senador.

Ele criticou a atuação do deputado federal Antonio Kandir na discussão do tema, acusando-o de agir em detrimento dos interesses dos estados.

PÁGINA 2

### CAE



A CAE também deve examinar projeto que altera normas do Fundo de Participação dos Municípios

## Projetos dão incentivos à agricultura

Mais crédito e redução tarifária em áreas de irrigação são alguns pontos previstos em três projetos que a Comissão de Assuntos Econômicos deve apreciar hoje.

PÁGINA 4

### CE

## MUDANÇAS NA LEI PELÉ SERÃO ANALISADAS PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PÁGINA 4

### CAS

## PROPOSTA QUE CRIA LINHA OFICIAL DE POBREZA DEVE SER VOTADA HOJE

A criação da linha oficial de pobreza é uma das 14 propostas que a Comissão de Assuntos Sociais deverá apreciar.

PÁGINA 4

# ACM critica Kandir e defende mudanças na reforma tributária

Presidente do Senado também condena a mobilização das regiões ricas contra esforço feito pelos estados mais pobres para atrair investimentos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a necessidade de alterações para melhorar a proposta de reforma tributária, "porque esta não sairá boa", mesmo que seja preciso fazer "uma parada de uma ou duas semanas" para entendimentos. Ele também criticou as intervenções do deputado Antonio Kandir (PSDB-SP) no debate.

— Até gosto do Kandir, mas ele já fez o confisco da poupança (no governo Collor), depois fez a Lei Kandir, que prejudicou vários estados. Agora, quer a Lei Kandir número 2. Não é possível, porque vai prejudicar os estados tanto quanto a outra. É o mal pela segunda vez — afirmou.

Ele também reprovou a atitude de Kandir em relação ao deputado Mussa Demes, dizendo que "não se faz o que ele está fazendo, quer minimizar a figura do relator". Lembrou ainda o equívoco do deputado na votação da reforma da Previdência. "Na hora de apertar o botão, ele votou errado, e até hoje estamos pagando a conta da Previdência por causa desse erro", observou.



Antonio Carlos disse temer o que chamou de "Lei Kandir 2"

Embora reconheça que o governo tem demonstrado mais interesse pelo tema, ponderou: "Entre o interesse do governo em fazer uma reforma tributária boa e fazer uma má, vai uma grande diferença; e essa de agora não sairá boa".

Sobre a disposição do presidente da Câmara, Michel Temer, de iniciar a votação dos destaques na quarta, comentou:

— Respeito a posição do deputado Michel Temer, como ele há de respeitar a minha, como presidente do Senado e do Congresso. Ele é que vai decidir com seus colegas se deve ou não votar. Há sempre o caminho do bom senso, mas, se ele será ou não percorrido, só o futuro irá dizer.

O senador defende uma Constituição "enxuta", só com os princípios gerais, de-

talhando-se o resto na legislação complementar. "O mal das constituições no Brasil é que são extremamente detalhistas. Tudo é matéria constitucional e tudo vai para o Supremo", disse.

Antonio Carlos rejeitou a expressão "guerra fiscal". Ele entende que, enquanto não houver outros mecanismos, tem que haver incentivos, pois só assim os estados pobres podem prosperar: "O Brasil deve ser um país homogêneo, e não um país que atenda a os interesses de dois ou três estados, matando os demais. A guerra fiscal não existe, o que existe são mecanismos para tornar os mais pobres menos pobres, mas os ricos não gostam".

Ele acredita que os entendimentos em torno da reforma tributária poderão ser concluídos antes do recesso parlamentar de fim de ano e que, em caso de convocação do Congresso em janeiro, o projeto deve fazer parte da pauta de votações.

## Relatórios da CPI da Justiça estão na Internet

Os relatórios setoriais referentes aos nove casos investigados pela CPI do Judiciário já podem ser acessados na *home page* do Senado na Internet (<http://www.senado.gov.br>). Todos eles foram aprovados por unanimidade pela comissão. Assim que o relatório final receber as alterações propostas pelos senadores na última reunião da CPI, realizada quinta-feira, também será colocado na *Web*.

Conheça as principais conclusões da CPI sobre cada um dos casos.

**TRT-SP** — Indícios de que o ex-presidente do TRT-SP Nicolau dos Santos Netto praticou atos que indicam improbidade administrativa, enriquecimento ilícito e desvio de dinheiro público em proveito próprio e alheio, durante o tempo em que foi responsável pela construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento do tribunal.

**NOMINATTO** — Indícios de que o juiz na época responsável pela Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal, Asdrubal Zola Vasques Cruxên, e a promotora Zenaide Souto Martins teriam

contribuído para a dilapidação da herança do menor Luiz Gustavo Nominatto.

**TRT-PB** — A CPI apontou prática de nepotismo, admissão irregular de pessoal, compra superfaturada de imóveis, turismo internacional às custas do contribuinte. Pede ainda investigação para apurar se o juiz Severino Marcondes Meira recebeu dinheiro da compra de um imóvel pelo TRT.

**BASA** — A juíza Yvette Lúcia Pinheiro pode ter cometido negligência ao proferir sentença condenando o Banco da Amazônia (Basa) a pagar indenização de R\$ 81 bilhões à Madeireira Sabim e por ter aceito perícia falsa.

**AMAZONAS** — Indícios de favorecimento por parte do desembargador Daniel Ferreira da Silva a traficantes a partir de petições propostas pela advogada Maria José Rodrigues Menescal de Vasconcelos. Esta foi a conclusão sobre a concessão indevida de mandados de soltura e progressão de regime a traficantes no âmbito da Justiça amazonense.

**TRT-RJ** — O juiz José Maria de Mello

Porto pode ter praticado crime contra a ordem tributária. Ele também pode ter cometido prevaricação, condescendência criminosa e improbidade administrativa.

**JUNDIAÍ** — Indícios de que o juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira (ex-titular da Vara da Infância de Jundiaí) e a promotora Inês Makwski de Oliveira Bicudo podem ter cometido delitos ao facilitar a adoção internacional de crianças.

**ENCOL** — As investigações concluíram pela necessidade de a Corregedoria de Justiça de Goiás investigar a atuação do juiz Avenir Passo de Oliveira, da Vara de Falências de Goiânia, na condução do processo de falência da construtora Encol.

**TJMT** — Há indicações de que os desembargadores Odiles Freitas de Souza e Athaide Monteiro da Silva podem ter cometido prevaricação e corrupção passiva no caso da suposta venda de sentenças. Odiles e o desembargador Ernani Vieira de Souza podem ter cometido prevaricação em processo sobre herança. O juiz Daniel Antonio de Souza Accioly pode ter prestado falso testemunho à CPI.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

11h30 — Recebe o prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, acompanhado do deputado João Fassarella

15h30 — Preside sessão deliberativa

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Substituto ao \*PLS nº 180/99, que acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 9.096/95, de modo a permitir a criação de federação de partidos políticos, revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida lei, e altera a redação do parágrafo 2º do art. 47 da Lei nº 9.504/97; segundo dia de discussão, em segundo turno, da \*PEC nº 1-A/95, que institui novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da \*PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; \*PDL nº 114/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Galáxia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Fabriciano (MG); \*PDL nº 119/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Minas Gerais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Conselheiro Lafaiete (MG); \*PDL nº 130/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Trabalhista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubá (MG); \*PDL nº 135/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Meridional Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeira do Sul (RS); substitutivo ao \*PLS nº 13/99 — Complementar, que altera a Lei Complementar nº 82/95, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; e \*Requerimento nº 692/99, do senador Tião Viana, solicitando o desapensamento do PLC nº 27/98 dos PLCs nºs 63 e 69, de 1996.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros itens, \*PLC nº 59/97 — Complementar, que dispõe sobre a emissão e resgate de títulos de dívida pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; \*PLS nº 464/99 — Complementar, dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 91/97, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios; \*PLS nº 270/99, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústrias; \*PLS nº 173/99, acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre política agrícola; \*PLS nº 242/99 — Complementar, que dá nova redação ao inciso II do artigo 151 do Código Tributário Nacional; \*PLS nº 581/99 — Complementar, dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; \*PLS nº 359/99, altera o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo (Fungetur) para a construção de hotéis de turismo; e \*PLS nº 348/99 — Complementar, autoriza a captação de recursos no mercado externo para aplicações na atividade rural. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Subcomissão do Idoso

Pauta: Audiência pública com o diretor da Universidade Aberta para a Terceira Idade, Renato Peixoto Veras, que irá prestar informações e apresentar proposições com relação às ações de seguridade, abrangendo os aspectos econômico, social, cultural, moral e recreativo e atos de assistência e defesa da saúde do idoso. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: entre outros itens, \*PLC nº 55/99, altera dispositivo da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto; \*PLS nº 382/99, que estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública; \*PLS nº 420/99, que inclui, no currículo do ensino médio, a disciplina Cidadania, Direitos e Garantias Individuais, e adota providências correlatas; \*PLS nº 339/99, denomina "Mário Gurgel" o trecho da BR-262, entre o Bairro Jardim América e o Trevo da Ceasa, no município de Cariacica (ES); \*PLS nº 340/99, dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; e \*PLS nº 512/99, denomina "Rodovia Luiz Carlos Prestes" o trecho que especifica da Rodovia BR-020. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 72/95, que disciplina anúncios de oferta de empregos; \*Diversos nº 28/98, encaminha ao Senado expedientes propondo os anteprojatos do Código Deontológico de Instrumentadores Cirúrgicos (Codic) e sugestões no sentido de que o dia 6 de maio seja considerado o Dia Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos; \*PLS nº 66/99, que institui a Linha Oficial de Pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza e diminuição de desigualdades socioeconômicas; \*PLS nºs 322 e 324, de 1999 (tramitação conjunta) — decisão terminativa, acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; \*PLS nº 434/99 — decisão terminativa, que altera o art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: entre outros itens, \*PLC nº 69/99 — CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos poderes Legislativo e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 138,9 milhões, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos; \*PL nº 72/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 236,5 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; \*PL nº 78/99-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 1999, em favor das Empresas Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) e Petrobras Distribuidora S/A — BR, do grupo Petrobras, crédito especial no valor total de R\$ 507,5 milhões; \*PL nº 79/99-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 1,2 bilhão para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; \*Mensagem nº 343/99-CN, relatório acerca da execução orçamentária do subprojeto relativo à BR-393/116/RJ — Contorno Rodoviário de Volta Redonda, listada no Quadro II anexo à Lei 9.789, de 23.2.99; \*PL nº 52/99-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 7,4 milhões, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes; \*PL nº 54/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$ 8,8 milhões, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário vota acesso de partidos ao horário gratuito

Divisão de recursos do Fundo Partidário e participação em propaganda no rádio e na TV podem ficar na dependência de desempenho da agremiação nas urnas, conforme projeto a ser votado pelos senadores, hoje, em turno suplementar

O plenário do Senado vota hoje, em turno suplementar, substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto do senador José Agripino (PFL-RN) que antecipa para as eleições de 2002 a exigência dos critérios de desempenho para o acesso das agremiações ao Fundo Partidário e ao horário gratuito no rádio e na televisão. A matéria também permite que as legendas se organizem em federações para a contagem dos votos necessários a tal acesso.

O substitutivo estabelece que dividirão nove décimos do tempo destinado à propaganda gratuita as legendas que tiverem obtido, já na última eleição, 5% dos votos na Câmara dos Deputados (não computados brancos e nulos) distribuídos em pelo menos um terço dos estados da Federação, com mínimo de 2% em cada um deles. O décimo do tempo restante será distribuído entre aquelas legendas que não alcançarem essa votação.

Hoje a legislação distribui um terço do tempo total disponível entre todas as agremiações, e dois terços de acordo com os votos obtidos nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Com relação aos recursos do Fundo Partidário, o substitutivo divide 10% do valor disponível entre todas as legendas e os 90% restantes entre aquelas que obtiverem o desempenho eleitoral mínimo estabelecido.

A matéria seria votada em turno suplementar no dia 28 de outubro, mas retornou à CCJ em função de emenda apresentada em plenário pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que pretendia adiar para 2010 a entrada em vigor da lei. A emenda foi rejeitada pela comissão no dia 24.

Também hoje, os senadores votam em primeiro turno proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam, garantindo a preservação de suas comunidades.

Na mesma sessão, os parlamentares darão continuidade à discussão, em segundo turno, de substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias.



O plenário deve votar, também, projeto que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam

## Presidente do TCU apóia o projeto Interlegis

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Iram Saraiva, defendeu ontem, durante a abertura do I Seminário Nacional da Comunidade Virtual do Poder Legislativo, em Salvador, a utilização da informática pelos parlamentares devem ficar atentos aos recursos da tecnologia da informação para fazerem leis que venham ao encontro dos anseios da sociedade brasileira. O TCU foi um dos primeiros órgãos governamentais a aderir ao projeto Interlegis – a rede de computadores que vai conectar Senado, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais. O projeto terá aval do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e investimento total de US\$ 50 milhões (50% do BID e 50% do governo brasileiro).

A Interlegis chegará a 2.500 municí-

pios, com estações de trabalho compostas de microcomputador, impressora, placa de vídeo e antena parabólica. No primeiro ano de execução do projeto (previsto para três anos), serão atendidos 558 municípios, identificados como municípios-pólo, a partir de classificação definida pelo IBGE e acordada na negociação do projeto com o BID. Regina Célia Peres Borges, diretora-executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), órgão responsável pela execução do projeto, informou que serão instaladas 31 salas, com infra-estrutura para videoconferências, nas assembleias legislativas dos estados e do Distrito Federal, na Câmara dos Deputados, no Tribunal de Contas da União (TCU) e no Senado. Dessa forma, o programa viabiliza a realização de videoconferências e de um

“Plenário Virtual” – reunião de deputados federais, estaduais e senadores, cada um permanecendo em suas respectivas casas legislativas – para tratar de temas relevantes para o país.

Aberto pelo vice-governador da Bahia, Otto Alencar, o seminário será realizado até amanhã e reúne senadores, deputados federais e estaduais, vereadores e representantes das casas legislativas. Ainda durante a abertura dos trabalhos, o deputado federal Júlio Semeghini, que representou o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, garantiu que a Interlegis vai possibilitar maior interatividade entre a população e os parlamentares. Também participaram do primeiro dia do seminário o gerente de pesquisas da IBM, Jean Paul Jacob, e o diretor do Projeto Portinari, João Cândido Portinari.

## Lando diz que combate à miséria só depende de vontade

Não há falta de criatividade nem de recursos públicos para dar vida digna aos 60 milhões de brasileiros que se encontram na miséria. O que falta é decisão política, conforme afirmou o senador Amir Lando (PMDB-RO) ao citar dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), segundo os quais seriam necessários 40 bilhões de dólares – valor correspondente ao que o Brasil gastou no programa de socorro aos bancos (Proer), como lembrou o senador – para garantir comida ao 1,5 bilhão de miseráveis de todo o planeta.

Ressaltando que, de acordo com o PNUD, outros 40 bilhões de dólares anuais seriam suficientes para iniciar um processo de desenvolvimento de atividades produtivas que devolva aos miseráveis do planeta o direito à cidadania, Amir Lando disse que no caso



Amir Lando: não faltam recursos para combater a pobreza

do Brasil – tomando como base os cálculos do PNUD – bastariam pouco mais de R\$ 3 bilhões para saciar de imediato a fome dos 60 milhões de carentes e outros R\$ 3 bilhões anuais para torná-los já no próximo ano verdadeiros cidadãos.

Os recursos financeiros do Brasil parecem se mostrar abundantes, disse Amir Lando, pois a CPI dos Bancos descobriu – conforme reportagem divulgada pelo *Correio Braziliense* no último dia 25 – que, dos R\$ 43,3 bilhões gastos com o Proer, R\$ 30,4 bilhões foram lançados à conta dos chamados depósitos compulsórios do sistema financeiro, enquanto R\$ 12,9 bilhões foram debitados a todos os contribuintes brasileiros.

– Isso significa que apenas o montante que o Banco Central parece ter considerado residual na conta do Proer, a ponto de ocultá-lo nas diversas explicações que deu ao público, inclusive no Congresso

Nacional, corresponde a quatro vezes o que seria necessário para matar a fome e tirar da miséria todos os 60 milhões de brasileiros dependentes da solidariedade que, pelo menos, floresce nesta época natalina. Mas que não se tem mostrado suficiente e duradoura durante os últimos anos-novos – observou.

Lando destacou que somente de juros da dívida pública o Brasil pagou, no primeiro semestre deste ano, R\$ 90 bilhões – “ou seja, 15 vezes o que necessitaria para garantir um feliz Natal e um ano-novo pelo menos um pouco mais próspero para todos os brasileiros”.

O senador lembrou ainda que uma taxação de 0,05% sobre os capitais especulativos que circulam em escala planetária renderia em torno de 100 bilhões de dólares anuais. Essa proposta, conhecida como Taxa Tobin, poderia, de acordo com Amir Lando, “matar a fome de todos os miseráveis de hoje e estancar o fluxo crescente que se acumula sob pontes e viadutos de todo o mundo”.

## Saturnino fala à TV Senado sobre Rodada do Milênio

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) fala à TV Senado, em entrevista que vai ao ar hoje,



às 8h30, sobre as barreiras agrícolas impostas por países do Primeiro Mundo aos países em desenvolvimento. O tema será discutido na 30ª Conferência Internacional Ministerial da Organização Mundial do Comércio, a Rodada do Milênio, que se inicia hoje, em Seattle, nos Estados Unidos.

O Brasil, diz o senador, tem sido um dos países mais prejudicados por essas regras, e mesmo com aliados de peso, como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Argentina, será difícil reverter essa situação. Ele explica que, se europeus e japoneses abrirem seus mercados à importação de produtos agrícolas mais baratos, “vão destruir sua agricultura, e isso vai gerar desemprego, desestruturação social e uma série de tensões nessas sociedades que eles querem evitar de toda forma”.

Roberto Saturnino também critica a decisão do governo brasileiro de liberalização do mercado, que não trouxe os investimentos esperados e nem colocou o país dentro do circuito mundial dos investimentos. “O resultado disso é que estamos com uma taxa de desemprego brutal e nossa indústria em grande parte foi destruída, depois de um esforço de décadas.”

## Mestrinho debate desenvolvimento da Amazônia

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e a coordenadora para a Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Allegrette, são os convidados do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 21 horas. O programa vai discutir os projetos de desenvolvimento da Amazônia. As ameaças de internacionalização da Amazônia, que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte dos estados do Maranhão e Goiás, numa área de aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados, suficiente para acomodar toda a Europa Ocidental, são um dos aspectos principais a serem discutidos no programa.

# CAE examina projetos de apoio à agricultura

Pauta inclui acesso a recursos externos para o financiamento de atividades rurais, a concessão de tarifa elétrica subsidiada para pequenas e médias propriedades irrigadas e limite mínimo para investimento na agroindústria

Três projetos de lei que beneficiam o setor agrícola serão examinados e votados pelos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), durante reunião marcada para as 10 horas de hoje. Todos têm pareceres favoráveis dos relatores. A comissão também examinará outros seis projetos.

O projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que é terminativo na CAE, possibilita à agricultura irrigada, em pequenas e médias propriedades rurais, prioridade na concessão dos incentivos de que dispõem outras atividades do setor. De acordo com o relator da matéria, Freitas Neto (PFL-PI), esses incentivos se constituem no oferecimento de tarifas de energia elétrica subsidiadas, de modo a tornar mais competitivos os alimentos produzidos por pequenos e médios produtores.

Outro projeto na área agrícola, também terminativo na comissão, estabelece obrigatoriedade na aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do BNDES para financiamento de projetos para a agroindústria. O projeto, do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), considera como agroindústria apenas as atividades relacionadas à agropecuária e à produção de alimentos.

O objetivo da proposta, segundo o relator, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), é fomentar o desenvolvimento da agroindústria, por meio do aumento do volume de recursos emprestados pelo BNDES a esse setor, recuperando o patamar anteriormente alcançado de apoio do banco à atividade agroindustrial.

De autoria do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), o terceiro projeto da pauta na área agrícola autoriza a captação de recursos no mercado externo para aplicações na atividade rural. O objetivo básico da proposta, segundo o relator, Gerson Camata (PMDB-ES), é permitir que a abertura a que vem sendo submetida a economia brasileira desde o início dos anos 90 seja estendida ao setor agrícola, no que diz respeito ao acesso ao crédito.

A CAE também examinará projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que amplia dos atuais cinco para dez anos o prazo para a redução dos coeficientes do Fundo de Participação

dos Municípios (FPM), correspondentes aos municípios que perderam população até 1997. Segundo o relator, Pedro Simon (PMDB-RS), que deu parecer favorável à proposta, em vez da aplicação escalonada do redutor financeiro, entre 1999 e 2002, à taxa acumulada de 20% ao ano, como ocorre atualmente, o projeto propõe que o ajuste seja feito à taxa anual acumulada de 10%. Dessa forma, acrescenta o relator, dobra-se o período de transição e, com isso, as perdas de receitas dos municípios, decorrentes da redução de suas populações, serão amortecidas ao longo do tempo.

Outro item da pauta, também com parecer favorável do senador Paulo Souto (PFL-BA), dá nova redação a um inciso do artigo 151 do Código Tributário para explicitar que é vedada a exigência de depósito ou fiança para garantia de instância nas reclamações e recursos de decisão administrativa tributária.

Com parecer favorável do relator, Jorge Bornhausen (PFL-SC), a comissão também examinará projeto da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que dá nova redação à lei que institui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, municípios e do Distrito Federal.

Para efeito de classificação da despesa, o projeto considera material permanente o de duração superior a dois anos, com exceção dos livros e dos meios de registro e reprodução magnéticos, integrantes de acervos documentais pertencentes à administração pública. O objetivo, segundo a autora, é dar mais agilidade aos mecanismos de compra e atualização dos acervos públicos.

Dois projetos receberam pareceres contrários dos relatores: o que trata de prazo para financiamento pelo Fundo Geral de Turismo e o que altera normas sobre controle de orçamento. O projeto que dispõe sobre a emissão e resgate de títulos da dívida pública dos estados, do DF e dos municípios recebeu parecer pelo arquivamento da matéria, dado pelo relator, o senador José Fogaça (PMDB-RS).

## CAS vota proposta de criação da linha oficial de pobreza

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprecia hoje, após a Ordem do Dia, uma pauta com 14 itens. Destes, 11 tramitam em decisão terminativa.



A criação da linha de pobreza é sugerida por Eduardo Suplicy

Ou seja, se aprovados, não serão votados em plenário, salvo se houver apresentação de recurso. Entre as matérias com decisão terminativa, está o projeto de Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui a linha oficial de pobreza. O relator na CAS, Luiz Pontes (PSDB-CE), manifestou-se favoravelmente à aprovação da matéria, com as emendas aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Outra proposição com palavra final da CAS é o projeto de lei do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que isenta de tributação o salário-educação e o salário-maternidade. A medida tem parecer favorável de Marina Silva (PT-AC).

A CAS também deve concluir a tramitação do projeto de lei do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que destina a renda líquida de um concurso da Loteria Esportiva Federal à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) e a de outro à Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi. O parecer de Marluce Pinto (PMDB-RR) é favorável, com quatro emendas de redação.

Ela dá outro parecer favorável ao projeto de Sebastião Rocha (PDT-AP) concedendo gratuidade do transporte coletivo para menores de até 12 anos regularmente matriculados em estabelecimento de ensino de primeiro grau. O projeto também tramita em decisão terminativa.

## Comissão ouve três pessoas sobre corrupção em bingos

Além da reunião extraordinária, com pauta de 14 itens, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza duas audiências públicas esta semana.

A primeira acontece hoje, às 11h30, na Subcomissão do Idoso, que irá ouvir o diretor da Universidade Aberta para a Terceira Idade, Renato Peixoto Veras. Ele irá abordar os aspectos econômico, social, cultural, moral e recreativo das ações de seguridade para os mais velhos, apresentando também algumas proposições.

Na quarta-feira, a CAS retoma a bus-

ca de informações sobre o suposto esquema de corrupção relacionado à abertura de salões de bingos eletrônicos. A partir das 9 horas, terão lugar três depoimentos.

O primeiro a depor deverá ser João Elias Cardoso, ex-funcionário do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), que teria descoberto o esquema dentro do instituto. Em seguida, serão ouvidos o delegado da Polícia Federal Luiz Fernando Ayres Machado e o jornalista Juca Kfoury.



Emilia apóia o projeto, que também obriga os clubes a virarem empresas em três anos

## Fim do passe para jogador de futebol poderá ser adiado

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 11h30, para apreciar, entre outras matérias, projeto de lei da Câmara que altera dispositivo da chamada "Lei Pelé", para estabelecer que as entidades desportivas ou clubes se transformem em empresas em um prazo de três anos. O projeto, que tem parecer favorável de Emilia Fernandes (PDT-RS), determina o mesmo prazo para a extinção do vínculo desportivo dos atletas profissionais, o chamado "passe". Pela legislação atual, o prazo para essas transformações acaba em 2001.

Na mesma reunião, a comissão, presidida por Freitas Neto (PFL-PI), analisa propostas que prevêm a gratuidade na distribuição de livros didáticos para alunos da rede pública; a inclusão, no currículo do ensino médio, da disciplina Cidadania, Direitos e Garantias Individuais; a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; a fixação do Dia do Advogado em 11 de agosto; e ainda oito renovações de rádios e TVs e projetos que denominam, com nomes de personalidades brasileiras, trechos de rodovias e escolas técnicas.

Alcântara quer tornar mais competitivos os preços dos alimentos produzidos pelos pequenos e médios produtores



## Crédito suplementar de R\$ 1,2 bi para a saúde vai a votação

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização estará reunida a partir das 18 horas de hoje para apreciar, entre outros projetos, abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União no valor de R\$ 1,2 bilhões.

Os recursos são destinados à aquisição de matérias-primas e importação e produção de materiais especiais, insumos e medicamentos essenciais à rede do Sistema Único de Saúde (SUS), pelo Fundo Nacional de Saúde, Fundação Oswaldo Cruz e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

A comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), analisa também abertura de créditos suplementares em favor de diversos órgãos do Executivo que totalizam R\$ 375,5 milhões, e projeto que abre ao Orçamento de Investimento de 1999 crédito especial para a Petrobras e Petrobras Distribuidora S/A no valor de R\$ 507,5 milhões, para o desenvolvimento do campo petrolífero de Roncador e investimentos no exterior.

Na mesma reunião, a comissão vota, dentre uma extensa pauta de votações, créditos para o Senado Federal e ministérios das Relações Exteriores e



Mestrinho preside a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da Defesa, no valor de R\$ 115,7 milhões; e ministérios da Educação, da Justiça e da Integração Nacional, no valor de R\$ 32,8 milhões.

# Simon quer que BC explique gastos com Proer

Requerimento pretende convocar para depoimentos na Comissão de Assuntos Econômicos o presidente e o ex-diretor de Fiscalização, demitido semana passada após criticar relatório da CPI do Sistema Financeiro

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou requerimento para que o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e Luiz Carlos Alvarez, ex-diretor de Fiscalização da instituição, venham à Comissão de Assuntos Econômicos prestar explicações sobre os resultados do relatório da CPI do Sistema Financeiro. Referindo-se ao fato de que Alvarez chamou de "lixo" esse relatório, Simon disse que mais importante que esse comentário é o conteúdo do relatório, que mostra novos números sobre a operação de salvacão de bancos em crise.

O senador enviou um fax ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, solicitando a convocação, por entender que o relatório da CPI é tão grave que não pode ser respondido apenas com grosserias. "O importante é o conteúdo — há duas teses gravíssimas em confronto — e não me passa pela cabeça que o presidente Fernando Henrique soubesse disso", afirmou.

Simon observou que nas inúmeras vezes em que falou dos números do Proer, o presidente da República assegurou que não estavam ali recursos públicos, mas dinheiro dos próprios bancos. "Vem agora o relatório da CPI e deixa claro que o presidente Fernando Henrique não sabia de nada, que o dinheiro usado na salvacão de bancos era dinheiro nosso. Estamos

diante de duas posições — a da CPI e a do Banco Central", constatou.

Na opinião do senador, é grave que a imprensa tenha dado a entender que Alvarez foi demitido pela falta de jogo de cintura político. Simon disse que mais grave ainda é descobrir-se que a operação de salvacão de bancos possa ter consumido R\$ 13 bilhões além do que se pensava. Ele lembrou que a Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, que reuniu a maior unanimidade de posições no Senado, conseguirá no máximo R\$ 7 bilhões por ano para tentar diminuir os níveis de miséria.

Simon também lembrou que o presidente da República, durante o processo de reestruturação do sistema bancário, dizia que a oposição não entendia que o programa estava salvando o Brasil de uma explosão no sistema financeiro, assim como as contas bancárias de milhares de pequenos depositantes. "Mentiram ou não mentiram para o presidente? Teriam dito ao presidente o que não era verdade? O presidente poderia conhecer a fundo o Proer e dizer outra coisa para a sociedade?", questionou o parlamentar.

Ainda referindo-se a Alvarez, Simon disse que "um comportamento tão prepotente por parte de um servidor de segundo escalão não seria tão absurdo se partisse de um funcionário competen-

te". Ele mencionou a resistência do ex-diretor em fornecer informações pedidas pela CPI e asseverou: "Se ele fosse meu funcionário, há muito tempo eu o teria demitido do cargo que ocupou, não pela entrevista em que chamou de lixo o relatório da CPI, mas pela irresponsabilidade de comandar um departamento que permitiu que o Banco Nacional tivesse 750 contas fantasmas durante dez anos".

Na opinião do senador, a demissão de Alvarez aconteceu com vários anos de atraso. "Há muito tempo ele devia ter sido demitido, com vários outros funcionários do Departamento de Fiscalização", afirmou. Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a CPI dos Bancos, no mínimo, mostrou a fragilidade do sistema financeiro do país e que Alvarez não podia mesmo continuar diretor do Banco Central.



Simon lembrou que presidente sempre disse que Proer salvaria os pequenos depositantes

## Uso das reservas só foi descoberto graças a rascunho de tabela

A CPI do Sistema Financeiro só descobriu que o Banco Central havia usado R\$ 14,86 bilhões das reservas bancárias e do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) graças a um rascunho de tabela encontrado por um consultor do Senado, "provavelmente enviado por engano à CPI", informou o senador Pedro Simon em seu discurso:

— É inaceitável que um rombo de R\$ 13 bilhões tenha sido escondido durante tanto tempo — de nós e da sociedade, do presidente da República. As explicações do diretor do Banco Central nada mais são que filigranas conceituais. O rombo existiu, é real e foi escondido pelo Banco Central, o que é muito grave — afirmou o senador.

Ele observou que o presidente da República afirmava que o Proer esta-

va custando R\$ 20 bilhões. "O presidente dizia que não havia dinheiro do Tesouro, não havia dinheiro nosso. Só dos bancos. Mas agora se vê que o saldo é de R\$ 37 bilhões."

Pedro Simon contestou o ex-diretor do BC por ter afirmado que o próprio Congresso autorizou o Banco Central a receber moedas "podres" nas operações de saneamento de bancos. "Vários especialistas consultados pela CPI sustentam que a lei não obrigava o BC a abrir mão do deságio ao receber essas moedas."

O Congresso colocou por três vezes na Lei de Diretrizes Orçamentárias que o governo apresentaria um quadro do Banco Central com a discriminação detalhada dos gastos com o Proer, mas todas as vezes o presidente da República vetou os artigos sobre isso. Para o senador, a atitude do governo deve ser interpretada como "transparência zero".

## CPI acredita que R\$ 28,2 bi não deverão voltar aos cofres públicos

Os auditores independentes contratados pela CPI do Sistema Financeiro concluíram que, somando tudo, o Banco Central gastou no programa de salvamento de bancos, desde que foi criado o Proer, exatos R\$ 37,76 bilhões, em valores atualizados. Destes, R\$ 14,86 bilhões saíram das reservas bancárias (depósitos dos bancos no BC) e do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), criado pelo bancos para garantir até R\$ 20 mil de contas-correntes de bancos em liquidação.

Até o encerramento da CPI, estes gastos não haviam sido mencionados publicamente pelas autoridades econômicas. Em seu discurso de ontem, o

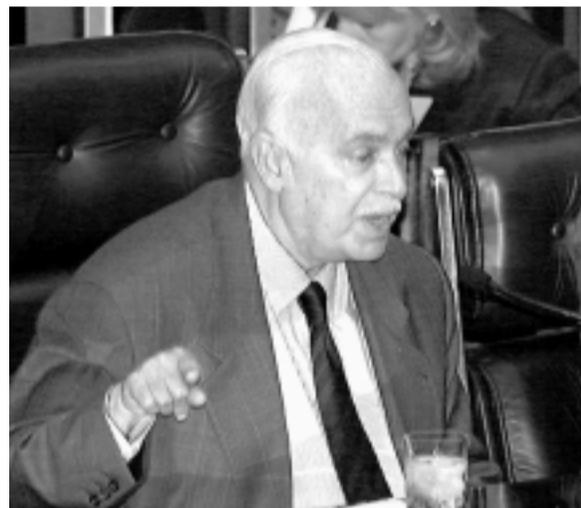
senador Pedro Simon menciona a cifra de R\$ 13 bilhões, valor sem atualização monetária.

Após minucioso levantamento, os consultores também chegaram à conclusão de que R\$ 28,2 bilhões de tudo que foi gasto no salvamento dos bancos "são créditos de recebimento duvidoso pelo Banco Central". Ou seja, dificilmente este dinheiro será pago e a conta, no final caberá ao contribuinte, conforme avaliou o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), encarregado pela CPI de investigar as contas do Proer.

O relatório da CPI apresenta uma informação pouco conhecida dos brasileiros: desde 1994, quando foi implantado o Plano Real, o Banco Cen-

tral foi obrigado a intervir em 188 instituições financeiras, somando um passivo de R\$ 75,5 bilhões. Os R\$ 37,76 do Proer fazem parte desta conta, mas foram usados para bancar apenas sete fusões bancárias (Econômico-Excel, Nacional-Unibanco, Bamerindus-HSBC, Banorte-Bandeirantes, Mercantil-Rural, Martinelli-Pontual e Antônio de Queiroz-United).

A Caixa Econômica Federal, que não comprou qualquer banco em liquidação, aparece como credora do Proer em R\$ 7,58 bilhões por ter recebido crédito para comprar as carteiras imobiliárias das instituições financeiras atendidas pelo programa do Banco Central.



Antonio Carlos elogiou Pedro Simon por sua defesa imediata do trabalho feito pela CPI do Senado

## ACM agradece a senador por defesa da instituição

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que o senador Pedro Simon falou por toda a Casa quando, em entrevista concedida à TV Globo, em Cuiabá (MT), condenou o comportamento de Luiz Carlos Alvarez, ex-diretor de Fiscalização do Banco Central. Antonio Carlos também assegurou que "todas as medidas em relação a esse assunto serão tomadas":

— Quando falou em Cuiabá, V. Exa. não falou apenas em seu nome, mas falou em nome do Senado e falou por mim. Nosso pensamento é o que V. Exa. transmitiu na televisão, e quero agradecer a prontidão com que

defendeu o Senado — disse.

Antonio Carlos Magalhães também elogiou a demissão de Alvarez. Para ele, Armínio Fraga agiu com muita propriedade demitindo o diretor de Fiscalização do Banco Central, que, na opinião do presidente do Congresso, não soube respeitar o Legislativo.

Ele lembrou a carta que enviara ao presidente do BC para dizer que aquela instituição recebia orientação do Senado, mas não orientava o Senado. Simon voltou à tribuna para dizer que concordava inteiramente com Antonio Carlos Magalhães, inclusive com relação à demissão de Alvarez.

Saldo devedor total gerado pelas operações do Proer						
\$	Bamerindus	Nacional	Econômico	Banorte Crefisul Mercantil	CEF	Total
Empréstimos do Proer	0	7.612	6.870	829	7.587	22.898
Reservas bancárias e FGC	4.455	7.232	2.539	636	0	14.862
<b>Total</b>	<b>4.455</b>	<b>14.844</b>	<b>9.409</b>	<b>1.465</b>	<b>7.587</b>	<b>37.760</b>

VALORES EM MILHÕES DE REAIS

Fonte: CPI do Sistema Financeiro

# José Jorge aponta dificuldades no ensino médio

Senador cita inexistência de rede física, falta de professores com formação em áreas específicas do currículo e problemas na oferta de educação profissional como os principais obstáculos enfrentados pelo segundo grau

O senador José Jorge (PFL-PE) alertou para os problemas que vêm ocorrendo em vários estados da Federação diante da maior demanda por ensino médio no Brasil. Entre elas o senador citou a inexistência de uma rede física para o ensino médio, falta de professores com formação em áreas específicas do currículo e dificuldades para a oferta de educação profissional conforme definida na legislação.

Para José Jorge, o fato de as escolas brasileiras atenderem, no mesmo espaço físico, tanto o ensino infantil quanto

o fundamental e o médio traz distorções. “A escola não consegue levar em conta a diversidade de atendimentos e as peculiaridades que cada nível requer. A necessária adequação para atender crianças, jovens e adultos leva à improvisação, sacrificando o perfil da escola e dificultando a melhoria dos serviços educacionais.”

José Jorge afirmou que a formação de professores para o ensino médio requer atenção imediata das autoridades do setor. “Professores qualificados em matérias como química, ma-



temática, física e biologia são decisivos para a continuidade de estudos a

José Jorge afirma que a formação de professores para o ensino médio requer atenção imediata

nível superior. Sem eles, os alunos ficam prejudicados em sua aquisição de conhecimentos”, explicou.

O senador por Pernambuco lembrou que, em 1999, 95,5% das crianças entre sete e 14 anos foram matriculadas no ensino básico.

“Isso quer dizer que a universalização é possível e está próxima. Também quer

dizer que haverá uma ‘explosão’ de matrículas no ensino médio, tornando necessárias, desde já, a expansão da rede física e a formação de professores qualificados.”

Ao finalizar seu pronunciamento, José Jorge afirmou que a eficiência e eficácia na oferta de ensino médio é requisito básico para a inclusão social de milhares de jovens brasileiros. “Serão eles que, detendo o conhecimento necessário, representarão o alicerce em que ergueremos uma grande nação.”



Estevão quer assegurar reparação de danos sofridos pelos clientes em estabelecimentos comerciais

## Estevão sugere seguro para consumidores

Dizendo-se estarrecido com o assassinato de três pessoas que se encontravam em um cinema do Shopping Morumbi, em São Paulo, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto de lei criando a obrigatoriedade de seguro para danos pessoais em favor do consumidor que se encontrar em estabelecimentos comerciais. O projeto vai ser examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A iniciativa acrescenta ao Decreto-Lei 73/66, que enumera os seguros obrigatórios privados no Brasil, o item “danos pessoais a consumidor nos estabelecimentos comerciais”. Lembrando que o ataque às pessoas que se encontravam em um cinema propiciou várias discussões sobre a violência urbana, o parlamentar afirmou que um dos pontos que deve ser levado em consideração no episódio é o ressarcimento dos prejuízos causados às vítimas.

“Quem será responsável pelos danos, quando e como?”, questionou Luiz Estevão, certo de que seu projeto preencherá uma lacuna na lei. Ele classificou como lógica e simples a idéia de tornar obrigatório o seguro para danos pessoais sofridos pelo consumidor em estabelecimentos comerciais. E explicou que a cobertura por seguro fica sendo exatamente a mesma adotada pela legislação sobre o assunto, evitando-se problemas judiciais e promovendo-se “maior tranquilidade à família brasileira”.

## João Alberto afirma que pobres são os mais prejudicados com aumentos

Ao comentar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro, que atingiu 1,19%, contra 0,31% em setembro, o senador João Alberto (PMDB-MA) disse que “a situação ficou preocupante”. Para o senador, os mais atingidos pelo aumento de preços foram as famílias de baixa renda, cuja cesta básica se tornou mais pesada.

– O aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade e dos produtos de consumo vem ocorrendo de maneira inexorável. Os consumidores, os que dependem do seu salário vivem, impotentes, esta dura verdade: os bens de consumo estão cada vez mais caros e o poder aquisitivo, cada vez menor – alertou o senador.

Para as famílias de baixa renda, observou o senador, os artigos mais consumidos, como carne de segunda, peixe, açúcar, farinha de mandioca e farinha de trigo, acumulam aumentos que variam de 19% a 33%, percentuais que se posicionam bem acima da



Para João Alberto, o momento é delicado e exige transparência por parte do governo

inflação de 7,27%, acumulada de janeiro a outubro, de acordo com o IPCA.

### INFLAÇÃO

João Alberto citou trecho de artigo do economista Dércio Garcia Munhoz, para quem a inflação está de volta. “Primeiro, o governo não conseguiu segurar o câmbio artificialmente baixo. Isso pressionou os preços. Depois, aumentou a carga tributária e, aumentando o custo das empresas, colocou mais pressão sobre os preços. Nas pri-

vatações das companhias de serviços públicos, como a telefonia e a eletricidade, o governo garantiu reajustes anuais para as novas controladoras. Se hoje está tudo novamente indexado, menos os salários, é óbvio que quem perde renda é justamente quem não tem a garantia da indexação”, citou o senador.

– Tenho confiança de que o governo está atento para o problema e não entregará a explicação ao discurso dos legitimadores orgânicos de plantão. Acredito no apelo formulado pelo senhor presidente da República: ‘Não vamos transformar uma pequena subida de preços eventual em um problema, vamos lutar para que não se torne um problema’ – disse o senador.

Para João Alberto, o momento é delicado e exige posicionamento e transparência por parte do governo, “pois uma população sem esperança e descrente é caminho aberto para aventuras de horizontes obscuros”, concluiu.



Roberto Requião garante que bingos só servem para a desmoralização do governo

## Requião propõe proibição de bingos no país

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou projeto de lei que revoga artigos da Lei Pelé e acaba com o jogo do bingo em todo o território nacional. Segundo o senador, a Lei Pelé tinha como objetivo fomentar o desporto no Brasil, mas, “há apenas 18 meses de sua publicação, o que vemos é que a lei está sendo usada para acobertar enriquecimento ilícito de contraventores experimentados, que, na verdade, estão legalizando seus negócios escusos”. O projeto foi encaminhado às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Requião lembra, em sua justificativa, artigo da Lei Pelé que proíbe as máquinas de jogo de azar. O senador observou que apenas um mês após a publicação da lei o presidente da República assinou o Decreto nº 2.574, contrariando a proibição contida no artigo citado e permitindo a instalação e a operação de máquinas eletrônicas programadas para a exploração do jogo do bingo.

– Estava instalada a máfia da contravenção, já que estas medidas deram margem para que fosse possível a confusão entre “máquinas programadas para bingo” e os famosos “caça-níqueis”. A manutenção do jogo de bingo só serve para a total desmoralização da administração pública – afirmou Requião.

## Luzia Toledo quer prioridade para a política de turismo

A aprovação do projeto de lei da Câmara que institui a Política Nacional de Turismo foi defendida pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), como forma de potencializar o desenvolvimento e a geração de empregos no país. Ela destacou pontos favoráveis da indústria do turismo, que, observou, se mostra como poderoso elemento para economias em desenvolvimento, líder do mercado de trabalho no setor de serviços e capaz de diminuir desigualdades sociais, econômicas e regionais.

– O acolhimento da proposição no Senado representará o definitivo reconhecimento de que a atividade turística poderá superar os seus problemas estruturais e responder às exigências do país, que necessita crescer, gerar empregos e produzir renda – declarou.

A proposta já foi aprovada pela

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e aguarda o parecer do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Para que o Brasil possa elevar a atividade turística à condição de “prioridade estratégica” e para incentivar viagens de brasileiros e estrangeiros pelo país, Luzia listou uma série de iniciativas que devem ser tomadas, entre as quais o investimento na formação de mão-de-obra especializada e em micro, pequenas e médias empresas de turismo, facilitando-lhes acesso a incentivos que contribuam para a elevação do nível de qualidade e eficiência dos serviços.

A senadora defendeu a maior divulgação e o aperfeiçoamento do produto turístico nacional, com a criação de pólos que beneficiem as regiões mais pobres, e o estímulo ao aprovei-



Luzia Toledo observa que turismo gera mais empregos

tamento turístico dos recursos naturais e culturais do país.

Luzia registrou que os brasileiros têm viajado mais no país devido à desvalorização cambial ocorrida no início de 1999. Em 1996, disse, os brasileiros eram 30% do total de turistas no país e, hoje, estima-se que esse percentual situe-se em torno de 60%. Da mesma forma, o real mais barato pode representar um incremento entre 12% e 15% no número de turistas estrangeiros. A Embratur, informou a senadora, espera que 1,4 milhão de argentinos venham ao país, procurando as regiões praianas da Bahia e de Santa Catarina.

## Ademir enfatiza opção do PSB por desenvolvimento sustentável

Ao registrar que foi realizado neste final de semana, nas dependências do Senado, o 7º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) destacou que o encontro teve como um dos principais aspectos positivos a aprovação da tese do desenvolvimento sustentável como ponto de partida para promover o desenvolvimento do Brasil.

O senador pelo Pará explicou que o desenvolvimento sustentável e o socialismo estão intrinsecamente ligados, já que ambos procuram promover o desenvolvimento que atenda a necessidade de todos e preservar a possibilidade de desenvolvimento das gerações futuras.

Na opinião do senador do PSB, a proposta do partido deve ser levada não apenas aos trabalhadores organizados e sindicalizados do país, mas também aos excluídos, aos que não têm uma organização, não dispõem de carteira assinada no trabalho, são autônomos. Ademir disse que a maneira mais fácil de essas pessoas se integrarem à luta é mostrar que desenvolvimento não pode ser para a elite, mas para todos.

— A proposta partiu do governo do estado do Amapá e foi assimilada por todo o congresso nacional do PSB. Lá existe uma política de desenvolvimento sustentado voltada para os interesses da população. O projeto objetiva a preservação do meio ambiente e a não exploração de florestas da forma que se conhece no país — explicou.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que hoje existem dois pro-

jetos de governo, o do Amapá, governado por João Capiberibe (PSB), e o do Acre, cujo governador é Jorge Viana (PT), que poderão constituir-se em uma política correta de desenvolvimento para a Amazônia. Ela acrescentou que os estados que hoje seguem o caminho do lucro fácil, ao invés do desenvolvimento sustentado, poderão em 10 ou 20 anos ter sacrificado o que poderia ser os lucros de um milênio.

Já o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que apesar de defender o desenvolvimento sustentável como o melhor modelo para a Amazônia, é necessário que o assunto seja desmistificado, e a realidade seja separada do marketing político. Ele opinou que hoje a única iniciativa do Amapá na área é a educação ambiental, e que todos os demais projetos do governo são apenas teoria e não estão contribuindo para diminuir a miséria e a pobreza.

### ELEIÇÃO

Ademir Andrade registrou que os 1.300 delegados que participaram do Congresso Nacional do

PSB neste final de semana elegeram a nova Executiva do partido. Duas chapas concorreram e a vencedora, com 701 votos, foi encabeçada pelo ex-governador Miguel Arraes. A outra, que recebeu o apoio do senador, tinha como candidato a presidente João Capiberibe e recebeu 255 votos. Ademir lamentou que os vencedores não tenham concordado em permitir a participação proporcional da chapa derrotada na Executiva.



Ademir Andrade: relação entre desenvolvimento sustentável e socialismo

# Tebet defende tribunal federal de pequenas causas

Proposta elaborada durante seminário de juizados especiais visa agilizar andamento de processos e evitar descrédito da população

A proposta de implantação de tribunais de pequenas causas no âmbito da Justiça Federal foi defendida ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), como forma de agilizar o andamento de processos que duram muitos anos. A proposta foi elaborada durante o Seminário Nacional sobre Juizados Especiais, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, ocorrido em Recife na semana passada, e do qual o senador participou como convidado. “O maior problema da Justiça é a morosidade dos processos, que tem levado ao descrédito e à desesperança da população no Poder Judiciário”, afirmou.

Tebet disse que não é tão difícil, hoje, implantar juizados de pequenas causas no âmbito federal, pois a matéria já se encontra na Constituição e depende apenas de legislação ordinária



Para Tebet, implantação é fácil, pois já está prevista na Constituição, faltando ser regulamentada

para se concretizar. O senador defendeu também a possibilidade desses juizados deliberarem sobre ações contra a União e a Fazenda Nacional, desde que sejam de pequeno valor, no limite máximo de 40 salários míni-

mos. Segundo o senador, o maior número de processos de pequeno valor está na área da Previdência Social.

— A Justiça tem que estar próxima do cidadão e não contra ele. O processo para recebimento de pequenos benefícios, como aposentadoria por invalidez, não deveria durar anos. Nada mais justo que, nesses casos, se pense mais no cidadão do que na União. O interesse público é atender ao cidadão — afirmou.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), em aparte, disse que a morosidade não é culpa dos juizes, mas sim da legislação vigente. Para ele, com criatividade é possível mudar este quadro. Como exemplo, Lobão citou a interiorização promovida pela Corregedoria da Justiça Estadual do Maranhão, que tem realizado casamentos em massa no interior do estado e evitado acúmulo de processos no tribunal.

## Marina destaca unidade como resultado do congresso do PT

A senadora Marina Silva (PT-AC) apontou “a condição política de unidade” como o resultado mais importante do 2º Congresso do PT, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 24 e 28 deste mês. “A virtude maior foi termos saído de uma disputa democrática com unidade, o que nos permitirá participar das eleições de 2002 com possibilidades reais de vitória.”

Ela lamentou que o PT tenha perdido tempo discutindo a palavra de ordem “fora FHC”, mas manifestou satisfação ao ver que a maioria da militância optou por rejeitá-la. “Acredito que a insistência nessa tese poderia se transformar numa ‘arapuca institucional’ que não ficaria bem para um partido que espera governar esse

país.”

Segundo Marina, o fato de haver várias tendências no PT não é defeito. “Ao contrário, é qualidade. A diversidade ideológica ao longo dos 20 anos do partido mostra uma democracia interna e um ambiente de disputa sã que terminou reconduzindo José Dirceu à presidência, pela terceira vez, com 54% dos votos.”

Marina Silva lembrou que as prefeituras governadas pelo PT têm apresentado inovações bem sucedidas, além de primar pela transparência das ações. “É preciso competência para inovar em tempos de crise. Agora que o partido está governando três estados, teremos mais oportunidade de colocar nossas idéias em prática.”



Marina Silva diz que PT sai unido e com condições de disputar eleições presidenciais

A senadora afirmou que a discussão sobre alianças políticas foi ampla, ficando aberto o caminho para entendimento com setores progressistas de outros partidos. “No campo da esquerda, haverá consultas sobre melhores nomes com vistas às eleições presidenciais de 2002.”

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Basquete  
7h30 — *Especial Unip* — Fígado (1ª parte)  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *Entrevista* — Senador Roberto Saturnino fala sobre a rodada do milênio e a economia mundial  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Debate* — Senador Gilberto Mestrinho e a Mary Allegretti falam sobre projetos ambientais para a Amazônia  
9h55 — *Senado em Pauta*  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Logo após — Subcomissão do Idoso  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Comissão de Educação (gravada)

Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação.  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

## Jucá denuncia ação para manchar sua imagem

Ao afirmar que o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e o governador Neudo Campos, de Roraima, estão desenvolvendo ação articulada para manchar sua imagem perante a população do estado, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) informou ontem que está interpellando judicialmente o parlamentar, em virtude de entrevista publicada no jornal *Brasil Norte*, de Boa Vista, no dia 21 de novembro.

Romero Jucá disse que o texto, con-



Jucá também se queixa de propaganda do PFL na TV

tendo declarações de Mozarildo Cavalcanti, afirmava que ele teria oferecido parecer favorável, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a um empréstimo irregular do BNDES para a prefeitura de Teresina. O artigo, de acordo com Jucá, considerava sua postura “duvidosa”, acrescentando que o Banco Central teria aconselhado a rejeição da operação.

Ao tomar conhecimento da entrevista publicada no jornal, que, segundo informou, pertence ao governador do estado, o senador solicitou in-

formações ao presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que teria garantido que o empréstimo era correto e que o próprio Mozarildo Cavalcanti também votou favoravelmente à operação.

Jucá também protestou contra propaganda política do PFL, na televisão, na qual são mostradas imagens de uma sessão deliberativa do Senado, dando a entender que ele teria votado contra a liberação de um empréstimo para eletrificação rural em Roraima. Jucá afirmou que foi feita montagem deturpada e que até uma afirmação do presidente Antonio Carlos Magalhães aparece fora de contexto.

O presidente do Senado disse lamentar que problemas locais estivessem sendo discutidos na Casa, mas observou que essas situações são comuns na política. Antonio Carlos esclareceu que gravou em seu gabinete apenas uma fala para o programa do PFL de Roraima e garantiu que fará o possível para dirimir as divergências.

# Iris pede calma no exame da reforma tributária

Senador é contra inclusão da emenda constitucional na pauta da convocação extraordinária de janeiro porque, segundo ele, uma análise apressada poderá levar a erros que prejudicariam muito os estados e municípios

O Senador Iris Rezende (PMDB-GO) fez ontem um apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que não seja incluída na pauta da convocação extraordinária de janeiro a proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma tributária em discussão na Câmara dos Deputados. O exame apressado da matéria poderia levar a erros que reduziram a participação dos estados e municípios no bolo dos impostos, na opinião do senador.

Ele comparou a expectativa que se criou em torno da reforma tributária ao clima que dominou a sociedade antes e durante a elaboração da Constituição de 1988. Na época, imaginou-se que a nova carta resolveria todos os problemas do país, o que acabou não ocorrendo:

— Enquanto os governadores e prefeitos estão pensando que os seus problemas financeiros vão acabar, os contribuintes acham que vão pagar menos impostos. Isso é um engano — afirmou Iris.

O senador disse que tem se debruçado sobre o projeto e as emendas propostas, e que ainda não se sente seguro para votar a PEC, ainda mais se for colocada em pauta durante o curto espaço de tempo da convocação extraordinária. Iris lembrou que quando um projeto vai a exame nesse período, o desejo, tanto do governo quanto da sociedade, é que não fique para ser apreciado depois:

— O Senado não deve votar essa matéria a toque de caixa — recomendou Iris, que rejeitou soluções favoráveis aos estados mais desenvolvidos em detrimento dos demais. Ele chamou a atenção para a questão dos incentivos fiscais, que têm ajudado estados como o de Goiás a atrair investidores.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que a reforma tributária só será bem-sucedida se resultar em elevação de receitas para a União, os estados e os municípios:

— Se houver redução de receitas, estaremos diante de uma catástrofe — disse o senador.

Iris também foi aparteado pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO), que conclamou os representantes dos estados da região Norte a atuar em bloco para evitar prejuízos com a reforma. Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou a política de centralização dos recursos do país nas mãos do governo federal por vários meios, inclusive o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e as regras da Lei Kandir.

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a reforma tributária tem que ser incluída na pauta da convocação extraordinária, dada a importância da matéria.



Iris tem se debruçado sobre o projeto e as emendas, mas afirmou que ainda não se sente seguro para votar a reforma tributária

## Lobão defende aumento de isenção no IR de aposentados

Na expectativa de que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e o plenário aprovem projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR) de R\$ 900 para R\$ 1.800 para aposentados acima de 65 anos de idade, o senador Edison Lobão (PFL-MA), autor da proposta, defendeu-a ontem como “uma solução justíssima, oportuna e de pouca ou nenhuma repercussão na receita tributária da União”. O projeto já obteve parecer favorável na CAE e o senador informou que tem recebido várias manifestações de apoio de câmaras de vereadores de todo o país.

A proposta também estabelece que a apresentação da declaração anual seja facultativa para quem, “recebendo exclusivamente rendimentos do tra-



Lobão: “Solução justíssima e oportuna”

balho ou de proventos e pensões, já teve descontado na fonte, durante todo o ano, o respectivo Imposto de Renda”, acrescentou o senador.

Edison Lobão observou que “sempre há um grande constrangimento” entre os parlamentares quando é preciso votar matérias relacionadas à Previdência Social, pois, ao mesmo tempo, eles conhecem o direito dos aposentados e a realidade da Previdência — que beira o colapso.

Dados estatísticos demonstram que, de uma relação de quatro contribuintes para um aposentado em 1970, passou-se a um para 2,5 contribuintes em 90 e, sem uma reforma enérgica, no ano de 2010 essa relação chegaria a um para um.

## Saturnino propõe ampliar ação dos juizados especiais

Apresentado no início de outubro passado, o projeto de lei do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que amplia a ação dos juizados especiais de pequenas causas já se encontra em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta altera a lei federal que instituiu os juizados especiais cíveis e criminais (Lei 9.099, de 1995), ampliando de 20 para 50 salários mínimos o valor máximo para a dispensa de advogados em pequenas causas.

A iniciativa de Saturnino, além de desburocratizar e facilitar o acesso à Justiça em um número maior de casos, também prevê que o Poder Público possa ser parte em ações analisadas pelos juizados especiais. Hoje, de acordo com o artigo 9º da lei, pessoas jurídicas de direito público e empresas da União não podem participar de causas nos juizados de pequenas causas:

— Os dispositivos a que nos referimos impedem que a Justiça Federal enfrente questões de menos potencial ofensivo, sejam de ordem cível ou criminal, pelo enfoque simplificado dos juizados especiais — justifica o senador.



Saturnino: ampliação de 20 para 50 salários mínimos de limite

## Arruda apóia investigação sobre o futebol brasileiro

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), anunciou ontem que apoiará uma “ampla investigação da aplicação dos recursos arrecadados pelo futebol brasileiro”, inclusive por meio de comissão parlamentar de inquérito. Respondendo a indagação do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), Arruda negou que tenha vinculado seu apoio a



Arruda: CBF tem argumentos inconsistentes

uma CPI à decisão sobre a permanência do Gama na primeira divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol, como chegou a ser noticiado.

Para Arruda, é inconsistente o argumento de que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) não poderia ser investigada por CPI em se tratando de entidade de direito privado:

— A CBF é entidade privada, mas atua de forma pública como os bancos — disse Arruda.

O líder do governo anunciou que está apresentando dois projetos de lei com o objetivo de evitar decisões como a do Tribunal de Justiça Desportiva (TJD), que rebaixou o Gama para a segunda divisão. Um dos projetos transfere a sede do TJD para Brasília. O outro transfere a sede da própria CBF para Brasília. Arruda acredita que, estando na capital da República, as

duas entidades ficarão mais imunes a pressões para beneficiar este ou aquele clube.

Arruda mostrou-se inconformado com a decisão contra o Gama, alegando que o clube foi rebaixado apesar de estar entre os 20 primeiros colocados por causa dos pontos retirados ao São Paulo e dados ao Botafogo. O senador tem recebido pedidos e mensagens de milhares de torcedores reclamando do que consideram uma injustiça.

## Rocha contesta revista que vê desenvolvimento no Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) contestou ontem reportagem em que a revista *Veja* noticia um milagre desenvolvimentista no Amapá. O parlamentar indagou em que documentos a revista se respaldou e apontou o risco de serem informações baseadas em marketing político do governador João Alberto Capiberibe.

Sebastião Rocha citou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrando que, ao contrário do que noticia a revista, a indigência no Amapá aumentou, assim como o desemprego. Ele reconheceu, contudo, que, tendo se transformado em estado há pouco tempo, o Amapá realmente tornou-se o maior pólo de migração do país.

O senador desconfiou da informação dada pela revista sobre o crescimento de 7% no PIB amapaense este ano, observando que, nesse período, mais de 400 empresas de comércio fecharam suas portas. “Eu preciso confirmar esses dados, porque eles não estão compatíveis com a realidade do estado. E o governador não



Rocha desconfia dos números usados por *Veja*

pode transformar seus devaneios em marketing político e divulgar coisas que não são verdadeiras”, afirmou o parlamentar.

### SAÚDE

Sebastião Rocha também pediu o empenho do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e das lideranças partidárias para a votação da medida provisória

recém-editada pelo governo que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Em sua opinião, esse é um anseio de todos os organismos que participaram, no ano passado, do debate resultante na regulamentação dos planos de saúde. Ele lembrou que defendeu a criação dessa agência, a fim de concentrar a regulamentação e a fiscalização desse setor num único organismo:

— Não tive tempo de analisar os detalhes dessa MP mas, quanto ao aspecto político, entendo que a criação da agência se constitui num avanço, num ponto de apoio para usuários, prestadores de serviços, operadores e para o próprio governo.